



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LOANA SERRATO ALVES GREGÓRIO

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AÇÕES
DESENVOLVIDAS PELO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO
NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR**

LONDRINA
2010

LOANA SERRATO ALVES GREGÓRIO

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AÇÕES
DESENVOLVIDAS PELO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO
NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia do Centro de Educação, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para obtenção da graduação em Pedagogia.

Orientado pela Prof^a. Ana Lucia Ferreira da Silva.

LOANA SERRATO ALVES GREGÓRIO

**A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Graduação, em Pedagogia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Pedagogia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora Ana Lucia Ferreira da
Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____de_____de _____.

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter estado a meu lado e permitido a minha chegada até aqui, sendo para mim a lâmpada para os meus pés e a luz para o meu caminho.

AGRADECIMENTOS

A minha família que acreditou em mim, me dando forças para esta caminhada.

A minha querida mãe Shirlei que me incentivou, estando sempre ao meu lado, mesmo que distante amparando-me com muito carinho e amor.

A meus amigos pela compreensão de minha ausência e a meu namorado Marcus Vinicius pela paciência e companheirismo dedicados a mim nestes longos anos.

A minha orientadora Ana Lucia Ferreira da Silva, pelas orientações, compartilhamento de experiências e exemplo de postura e profissionalismo.

As minhas amigas especiais Nathália, Marilda e Tenório que estiveram comigo todo este tempo da graduação, compartilhando minhas angústias, meus medos, minhas alegrias. Jamais as esquecerei.

GREGORIO, Loana Serrato Alves. **A atuação do pedagogo em ações desenvolvidas pelo Terceiro setor: um estudo no Município de Londrina/PR.** 2010. – 56 PAGINAS. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Pedagogia – Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

O presente estudo teve como foco de investigação a atuação do pedagogo em espaços educativos do terceiro setor. A proposta que orienta este estudo tem por objetivo compreender como a educação não-formal e sua prática sociopedagógica de atendimento à crianças e adolescentes em situação de risco, tem se configurado no Município de Londrina. Para tanto, foi realizado um estudo em que foram abordados aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais, os quais possibilitaram maior entendimento sobre esse campo educativo. Desta maneira o norte do trabalho foi direcionado a um estudo a partir da década de 1990, considerando como a relação entre Estado e sociedade civil se configurou a partir da Reforma do Estado. Assim, o estudo apresenta discussões em torno da relação Estado e sociedade civil, enfatizando a postura do Estado frente as políticas neoliberais neste contexto, onde a educação não formal tem se situado como uma política pública de caráter assistencial e compensatório. Por fim, o estudo apresenta um trabalho de campo realizado no município de Londrina/PR, o qual buscou responder em que medida as ações realizadas pelo terceiro setor são subsidiadas pela dimensão educativa, buscando, dessa forma, identificar quais são os principais atores deste novo espaço, bem como suas atribuições. Como resultado do estudo conclui-se que as ações educativas desenvolvidas nos espaços não formais que apresentam propostas de cunho educativo e emancipatório acabam atuando na perspectiva de uma política compensatória, emergencial, assistencialista e desarticulada, corroborando para a consolidação do sistema capitalista.

Palavra-chave: 1. Reforma do Estado; 2. Terceiro Setor; 3. Educação Não formal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAPÍTULO I: A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO FRENTE ÀS POLITICAS NEOLIBERAIS	10
2.1 A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO MÍNIMO EM RESPOSTA A CRISE ECONÔMICA	10
2.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL ENTRE OS NOVOS E OS VELHOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	14
2.3 TERCEIRO SETOR: UM ESPAÇO PARA POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS	18
3 CAPITULO II: A EDUCAÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES: MEIO DE EMANCIPAÇÃO OU INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO?	22
3.1 A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SUAS AÇÕES	22
3.2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL A PARTIR DE UMA ÓTICA NEOLIBERAL	26
3.3 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: SUPLEMENTAR OU EMERGENCIAL?.....	28
4 CAPITULO III: PESQUISA DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR: UMA ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO DAS INICIATIVAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELO TERCEIRO SETOR.....	33
4.1 A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A AÇÃO EDUCATIVA DE CARÁTER NÃO-FORMAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS INICIATIVAS EDUCACIONAIS REALIZADAS PELO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.....	33
4.2 A AÇÃO SOCIOEDUCATIVA ATRELADA AO ASSISTENCIALISMO	35
4.3 O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERENCIAS.....	51
APÊNDICE.....	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o processo de desenvolvimento de pesquisa e os resultados de meu trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia. Tem como foco uma discussão acerca da modalidade educação não-formal, visando abordar questões sobre a atuação do pedagogo em espaços do terceiro setor no município de Londrina/PR.

Assim, o tema proposto foi escolhido considerando a nova demanda e os novos desafios postos aos pedagogos na atualidade. Para tanto, num primeiro momento o trabalho propõe uma análise das condições históricas, políticas e econômicas que propiciaram a ampliação desta nova modalidade de educação.

O estudo partiu do seguinte problema: em que medida a atuação do pedagogo se faz presente em ações educativas desenvolvidas pelo terceiro setor no município de Londrina/PR?

O objetivo foi compreender os avanços das políticas neoliberais e a reforma do estado que teve como foco a implantação de uma política pautada no Estado mínimo, a fim de situar a educação não-formal. Enquanto objetivos específicos pretendeu-se conceituar e analisar a educação e mais particularmente a educação não-formal, bem como identificar ações de educação não-formal desenvolvidas pelo terceiro setor no município de Londrina, a fim de conhecer e situar a prática educativa em seu dia-a-dia, podendo desta maneira, buscar subsídios para compreender a atuação do pedagogo nesses espaços.

O estudo teve como ponto de partida a análise de alguns pontos norteadores como o contexto sócio político e econômico brasileiro que propicia o surgimento e o fortalecimento do terceiro setor e sua influência para o campo educativo a partir da década de 1990, a busca de compreender o papel do pedagogo nestes espaços e sua contribuição.

Procedimentos Metodológicos

O projeto desenvolvido foi fundamentado e pautado em uma metodologia de natureza qualitativa. A metodologia em questão foi escolhida, devido a sua postura investigativa, que implica na abrangência do todo, ou seja, partindo da

realidade concreta, reconhecendo os fatores econômicos, políticos e sociais. Este método se refere a uma “concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação”. (FAZENDA, 1989, p. 73).

Assim, para atingir o objetivo proposto, foi necessária uma investigação mais aprofundada. Em relação aos procedimentos utilizados, foi realizado um estudo bibliográfico e também um trabalho de campo. Sendo que foram analisadas produções bibliográficas sobre educação não-formal e o terceiro setor, bem como estudos sobre o contexto sócio-econômico político. O trabalho de campo foi realizado nas principais instituições governamentais e não governamentais que atendem a crianças e adolescentes em situação de risco.

A pesquisa de campo constituiu-se por meio de uma entrevista, norteada por 11 questões (ver apêndice p. 54), realizada com os coordenadores e/ou responsáveis pelos projetos socioeducativos, tendo como objetivo observar e levantar dados referentes ao local, infraestrutura, atividades desenvolvidas, profissionais atuantes, caracterização dos sujeitos atendidos, caracterização da prática educativa e do papel do pedagogo nesses espaços, entre outros elementos considerados necessários nesse estudo para a compreensão das ações educativas não formais desenvolvidas pelo terceiro setor neste município.

Organização do trabalho:

Para que possa haver um melhor entendimento acerca do tema, no primeiro capítulo buscou-se realizar um estudo pautado na análise ampliada do contexto, resgatando as condições históricas, sociais e econômicas que promoveram esta realidade posta a partir da década de 1990, que influenciaram a proposição e o desenvolvimento de ações educativas no campo não-formal.

No segundo capítulo foram abordados os conceitos de educação e suas ações e em especial a modalidade não-formal, a partir da proposta neoliberal, tentando mostrar as contradições existentes nas iniciativas ofertadas por projetos socioeducativos alocados no terceiro setor.

No terceiro e último capítulo volta-se o olhar para a educação não-formal no município de Londrina/PR e de como esta se configura a partir da década

de 1990, tentando perceber sua relação com o assistencialismo e às tentativas de combate à pobreza. Verifica-se também o papel do pedagogo e a relevância deste profissional nestes espaços provedores de ações socioeducativas.

Enquanto resultados do estudo, faz-se importante apresentar reflexões, discussões e ponderações sobre este tema devido ao valor atribuído à educação não-formal enquanto emancipatória, capaz de trazer soluções para os problemas sociais existentes que afetam principalmente as camadas populares e de baixa renda. Destaca-se que é necessário compreender de forma mais aprofundada a modalidade educativa não-formal, se quisermos que, as ações desenvolvidas por essa modalidade tenham, de fato, uma perspectiva emancipatória. Com o desenvolvimento desse estudo, pretendeu-se trazer um maior aprofundamento sobre os aspectos presentes na educação não-formal e a atuação do pedagogo neste âmbito, desvelando algumas situações criadas pelo capital que estão sendo tratadas de maneira natural e que irão influenciar o trabalho educativo nesses espaços.

CAPITULO I: A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO FRENTE ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O objetivo deste capítulo é explicitar quais as condições que propiciaram a expansão do chamado terceiro setor, assim como verificar em que medida o reflexo do sistema neoliberal capitalista influenciou no redirecionamento de postura da sociedade civil e dos movimentos sociais em ações voltadas para o âmbito coletivo. Para tanto se fará necessário realizar uma análise do contexto, resgatando a partir da reforma do Estado condições históricas, sociais e econômicas que serviram de cenário para uma nova realidade posta a partir da década de 1990.

1.1 A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO MÍNIMO EM RESPOSTA A CRISE ECONÔMICA

O recorte histórico inicia-se com a crise econômica brasileira ocorrida em meados na década de 1970 e 1980. O sistema de produção vigente desde o pós-guerra que era caracterizado como taylorismo/fordismo¹, que visava uma produção em massa, para um consumo em massa entrava em declínio, demonstrando assim “o esgotamento da organização da produção e dos mecanismos convencionais de regulação da economia, expondo a exaustão de um modelo que pretendia ofertar estímulos materiais para obter a adesão ao aumento da intensidade do trabalho.” (HELOANI, 2002, p. 08). O modelo social burocrático dominante perdera sua eficiência, os padrões de organização sociais e financeiros culminam em um esgotamento de respostas, sendo necessário colocar novas medidas que tivessem como objetivo reorganizar a estrutura do capital. Foi proposto, portanto, um modelo oposto para a substituição do modelo de produção vigente, fordista/taylorista, o qual era caracterizado por sua rigidez no processo produtivo.

¹De acordo com Heloani (2002) o termo taylorismo/fordismo refere-se a duas diferentes organizações do trabalho, que se unificaram e se expandiram para diversos países no início do século XX, pondo fim a organização do trabalho que atuava por meio de regime de contrato. O modelo de gestão taylorismo/fordismo possuía como projeto mecanismos de produção pautados em tempos, movimentos e linha de montagem, que traziam como objetivo, um novo padrão técnico de produção capaz de intensificar e potencializar a acumulação do capital.

Buscava-se agora um meio que pudesse trazer estratégias de superação para a crise iniciada. Tais respostas foram encontradas pelo estado por meio da implantação de uma política que se baseava na lógica do mercado, a neoliberal, que é denominado por Montaño (2005, p. 26) como:

Estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecno-científico, à reorganização geopolítica e as lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais de esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado”.

Inicia-se assim, segundo Ugá (2004), um processo de preparação para um novo tipo de capitalismo, esta reestruturação do capital visava diminuir o papel do Estado e flexibilizar o mercado, cabendo ao Estado então, criar um regime para a promoção e manutenção do setor privado.

O Estado deve, portanto, retrair a sua atuação de modo a tornar-se um catalisador, facilitador e parceiros dos mercados [...] O Estado deve, por um lado, facilitar e garantir o bom funcionamento dos mercados: seu papel seria delineado pela necessidade de construir-se novas instituições, modificar as existentes e eliminar as que não servem mais para tal objetivo. (UGÁ, 2004, p. 57).

Esta situação de mudanças no contexto econômico do país oportunizou a partir de então uma nova busca para o desenvolvimento do capital, cenário este, que serviu como uma mola propulsora para trazer a tona “[...] a incapacidade do Estado de dar respostas rápidas às demandas dos setores mais deserdados e afetados pela recessão.” (SADER, 1987, p. 12). Para Sader (1987), este foi um momento propício para expor a ineficiência do poder público em relação a seu papel mantenedor e de se propor alternativas capazes de suprir os déficits causados por este, além de consolidar os novos ideais do modelo econômico proposto, o neoliberal, pois para esta nova ideologia, não era o capitalismo que estava em crise e sim o Estado.

Assim, segundo Ugá (2004) as idéias neoliberais são pregadas pelo Banco Mundial aos países latino Americanos como uma proposta de salvação à crise. “[...] foi a partir dos anos 1980 que os países latino-americanos em geral começaram a da América Latina passou voltar-se toda para um tema central: a renegociação da dívida externa” (UGÁ, 2004, p. 56), seguindo-se assim nos anos seguintes a consolidação deste novo sistema econômico.

Com isso, no Brasil, no ano de 1995, a proposta neoliberal passa a ser efetivada de forma integral por meios das ações do governo Fernando Henrique Cardoso, lançando a partir de então uma proposta de Reforma do Aparelho do Estado (MARE), tendo como ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Esta reforma tinha como base “tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania.” (BRASIL, 1995, p. 12).

A reforma parte do pressuposto de que o Estado havia se desviado de suas funções básicas, ampliando sua presença no setor produtivo, nesse sentido, são definidos objetivos que possam estabilizar e assegurar o crescimento da economia.

Para tanto, foi necessário uma redefinição do papel do Estado, o que o tornou um delegador de tarefas, principalmente ao se tratar de questões sociais. A partir destas mudanças, o Estado “deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via de produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 12).

De acordo com Montaño (2005), este discurso é mascarado pelas reais intenções do Estado, que é efetivar, via reforma, a privatização de serviços e políticas sociais, a fim de tornar os cidadãos trabalhadores, em financiadores de seu próprio capital.

A descentralização refere-se tanto ao processo de municipalização ou descentralização administrativa – transferência de responsabilidades dos órgãos federais para as instâncias municipais -, quanto ao que Bresser Pereira chama (enganosamente) de publicização. (MONTAÑO, 2005, p. 193).

Este conceito trazido pela reforma do Estado, na verdade, refere-se à troca do público pelo privado; é o esvaziamento das responsabilidades do Estado perante a sociedade civil. É a terceirização de serviços para o mercado, aquelas quais o Estado, segundo Bresser (1995) não foi capaz de subsidiar.

Neste sentido, coloca Montaño (2005), que a reestruturação produtiva surge para submeter o trabalhador a novas formas de exploração e a menor proteção, transferindo desta maneira para os próprios sujeitos, a carga do capital sobre as causas das sequelas sociais e ainda tinha como objetivo reduzir gastos e tempo, redimensionando o processo de produção, tornando-o cada vez mais terceirizado.

Respalhando-se assim em uma proposta de gestão mais eficaz, o Estado vai aplicando sua política de publicização, ou seja, vai fragmentando as tarefas entre o setor estatal e o mercado, direcionando assim suas principais funções, principalmente aquelas que não lhe demandam lucro. Cabe assim, a sociedade civil subsidiar as questões voltadas para o âmbito social, iniciando um processo de retrocesso, transferindo ao cidadão novas responsabilidades, como é mostrado por Gohn (2005, p. 29):

O neoliberalismo tem ressignificado a cidadania e criado um novo tipo: a cidadania voltada para o mercado ou adquirida via mercado, Trata-se de um processo de desvirtuamento no qual o cidadão transforma-se em cliente, consumidor de bens e serviços, e não mais detentor de direitos, direitos esses que deveriam ser alcançados pelo acesso aos serviços públicos estatais [...].”

Este processo de desvirtuamento foi tomando corpo na medida em que as políticas neoliberais foram se disseminando. A ideologia imperante passou a ser a de igualdade e liberdade, principalmente com o processo de globalização e com a derrubada de fronteiras.

A trajetória política da sociedade civil na década de 1990 tomou um caminho inusitado com a abertura política do país, este foi um período que segmentou a sociedade a partir de um discurso unificador. De acordo com Bianchetti (2001) a mesma organização de trabalho que pregava pela coletividade, reforçava implicitamente a individualidade, competitividade e a manutenção do capitalismo.

Segundo Ugá (2004) a relação entre sociedade civil e Estado que até então era pautada num modelo protecionista², a partir de agora focará uma política de caráter assistencialista, fazendo com que a garantia de direitos aos cidadãos atue via programas compensatórios, condicionando-os a se adaptarem a uma lógica de mercado.

No entanto, a relação entre a sociedade civil e Estado nem sempre foi assim, este processo de subordinação ocorreu gradativamente, o qual poderá ser visto na próxima unidade.

²Segundo (UGÁ, 2004, p. 61) o termo protecionista está relacionado como “pacto social realizado pela sociedade como um todo, a partir do que se define que o Estado deve garantir uma proteção social – por meio dos direitos sociais – a todos os cidadãos, independente de sua renda, simplesmente pelo fato de serem cidadãos”.

1.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL ENTRE OS NOVOS E OS VELHOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para Peruzzo (1998) os movimentos sociais no Brasil se fazem presentes desde épocas mais remotas, buscando ora por liberdade, ora em prol da vida. Exemplos destas manifestações puderam ser vistos a séculos atrás como, o Quilombo dos Palmares no século XVI e o movimento da Cabanagem no século XIX. Contudo, foi o homem contemporâneo que se viu incluso em um processo crescente de transformação social, o qual o impossibilitou de manter-se alienado às suas condições de vida. O Brasil na década de 1980, com o fim da ditadura, sofreu um processo de redemocratização que propiciou o surgimento de fortes crises nos setores econômicos, sociais e políticos de nosso país.

Este foi um período que impulsionou a população a mostrar sua voz e exigir por seus direitos. Estes grupos adquiriram características próprias de acordo com suas práticas e políticas. Foi assim, segundo Gohn (2003), que foram iniciadas as reivindicações, principalmente aquelas voltadas para as áreas de consumo, moradia e contra o regime militar, que naquele momento era o grande inimigo da sociedade civil, o que os conduzia a lutar em prol de mudanças, buscando pela libertação de seu opressor, o Estado. De acordo com Gohn (2003, p. 13) os movimentos sociais significam:

Ações sociais coletivas de caráter sóciopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até, as pressões indiretas.

Estes grupos são indicadores da força do cidadão. É a energia dos oprimidos. É o sentimento de várias pessoas em única voz. Estas pessoas são capazes de projetarem anseios de pertencimento igualitário aqueles que estão engajados em tais ações organizadas, e, também, em unir os dispersos, que buscam pela realização de interesses individuais e coletivos que estão em jogo. Na perspectiva de Peruzzo (1998, p. 25), “É também um despertar de pessoas, de camadas sociais e de povos inteiros para a busca de condições de vida mais digna, pautadas pelo desejo de interferir no processo histórico”.

O contexto gerado pela crise econômica ocasionou mudanças em organizações de diferentes níveis da população, o que levaram os movimentos sociais a buscarem por melhorias no plano de serviços de saneamento básico, saúde, educação, sistemas de transporte, entre outros serviços precarizados.

A relação posta com o Estado era de caráter de contraposição, ou seja, sob esta perspectiva “[...] o Estado é visto, a partir de uma matriz essencialista, inimigo autoritário contra o qual se mobiliza a sociedade civil.” (SADER, 1987, p. 11).

Os interesses entre Estado e sociedade civil são opostos, divergentes e aconteciam a partir de atitudes conflituosas. Esta maneira de representação é de caráter de militância, onde os cidadãos possuíam direitos e deveres. Estas ações eram denominadas mobilizações de massas e que, de acordo com Gohn “se faz a partir de um núcleo de militantes que se dedicam a uma causa, segundo as diretrizes de uma organização”. (GOHN, 2003, p. 17). Contudo, ainda em meados da década de 1980, novas características destas organizações vão se consolidando iniciando-se assim, paulatinamente, uma transformação de caráter ideológico, de definições e objetivos que culminam na próxima década, nos anos de 1990, em uma nova e total diferente postura destas manifestações. Nesse sentido:

O aspecto inovador pode ser visto quanto a sua relativa autonomia face ao Estado, partidos políticos e os políticos propriamente ditos. A institucionalização representa basicamente a perspectiva de negociar e interagir com o Estado, o que frequentemente tem provocado interpretações contraditórias sobre o caráter dos movimentos e seu potencial de transformação. (SADER, 1987, p. 13).

A militância de participação, a credibilidade e confiabilidade juntas à população, começaram a entrar em processo de fragmentação, estas organizações foram perdendo seus espaços. Os movimentos anteriormente existentes, segundo Gohn (2000) se transformaram de lideranças militantes para aderir à via política partidária.

Na década de 1990 os movimentos ainda existentes se encontravam frágeis, sem identidade própria. Um dos principais fatores desta decadência, segundo Gohn (2000) é a questão financeira existente. Os movimentos buscavam por sua vez, autonomia e independência ante o Estado. Ou seja, tentavam percorrer por diferentes caminhos que não fossem aqueles comuns aos valores neoliberais.

De acordo com Gohn (2003) o modelo econômico neoliberal vigente trouxe mutações aos setores da sociedade. O capital fragmentou a classe trabalhadora, direcionando seus objetivos comuns e sua dinâmica interna.

Os líderes militantes não mais lutavam por uma causa, não mais organizam e potencializavam os movimentos sociais, pois agora, os mesmos faziam parte da folha de pagamento do Estado, “ocupando espaços em órgãos e aparelhos estatais, por meio de cargos de confiança nas novas administrações eleitas pelo voto popular.” (GOHN, 2000, p.18).

Portanto, o Estado aos poucos foi se transformando de grande inimigo para parceiro e interlocutor. Como afirma a autora:

Militantes, assessores e simpatizantes deixam de exercitar a política por meio da atuação dos movimentos sociais movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Ela criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs, e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários. (GOHN, 2000, p. 29).

Nos anos de 1990, estes movimentos sociais perderam sua visibilidade e se tornaram mais institucionalizados. Estes não deixaram de existir, o que ocorreu foi uma mudança de foco, um deslocamento de atenção. Afinal, neste novo contexto social, que buscava excluir o autoritarismo, não caberia mais aquele paradigma conflituoso, permeado por manifestações, reclamações e cobranças. Junto à reorganização do sistema político, chegaram novas dinâmicas referentes a ações do Estado.

O que correspondia à realidade agora era uma nova identidade coletiva, as mobilizações ganharam uma nova roupagem. São as denominadas mobilizações pontuais que “se faz a partir de um atendimento de um apelo, feito por alguma identidade plural, fundamentadas em objetivos humanitários.” (GOHN, 2003, p. 17). Esta forma de mobilização, não produz grandes manifestações, é menos reivindicatória, esta é fundamentada na participação cidadã. Os movimentos sociais vão se distanciando do caráter classista, que eram voltados aos movimentos sindicais e operários, isto é, que giravam em torno do mundo do trabalho e passam a tratar de problemas de dimensões da identidade humana.

Todavia, nos deparamos com uma concepção de cidadania, vista a partir de uma perspectiva do Estado, que se estende muito além dos direitos, seu

peso maior se além aos deveres. A globalização vem para legitimar o neoliberalismo e todos estes fenômenos decorrentes desta nova era, chegam carregados de ambiguidades, com o é colocado pelo autor:

O paradoxo neste contexto, é que o avanço científico e tecnológico proporcionou ao ser humano a oportunidade de romper as fronteiras, entre os países, entre os continentes, e também entre os planetas (...). Nunca se produziu tanto e, ao mesmo tempo nunca houve tanta gente faminta, desempregada, sem um lugar para morar. A máquina, o computador e o robô deslocaram o ser humano do centro da atividade produtiva e também da finalidade desta. (ANDRIOLI, SANTOS, 2005; 03).

Enfim, com o processo de globalização, outras facetas relacionadas com as lutas de classes tomaram uma proporção global. Agora os movimentos sociais estão “num mundo que se apresenta cada vez mais interdependente, intercomunicativo, no qual surge um numero cada vez maior de movimentos de caráter transnacional” (SCHERER, 1993, p. 10). Há uma diferente articulação existente entre esses grupos sociais, a qual a modernidade oportunizou espaços para uma comunicação em espaços não antes propiciados, o que implica em repensar um novo conceito de movimentos sociais para este momento.

A partir das novas aplicações da globalização e das diretrizes neoliberais, os movimentos sociais ganham uma nova roupagem, estabelecendo sobremaneira uma diferente forma de agir e de intermediar pelos interesses que até então eram de direcionados a um bem comum, passamos a tratar de um grande paradoxo. De acordo com Siqueira (2002) os novos movimentos sociais estão ligados as causas de identidade humana, a subjetividade, como os movimentos ecológicos, das mulheres, dos homossexuais entre outros. As ações e objetivos são opostos aos velhos movimentos que buscavam tratar de assuntos pertinentes a identidade coletiva. Que ainda é ressaltado por Siqueira (2002, p. 06):

Os movimentos se restringem as lutas cotidianas limitadas às reivindicações setoriais, desarticuladas com outras mobilizações, passam a se configurar como ações paliativas e insuficientes para possibilitar mudanças estruturais, fechando-se em si mesmos.

Com efeito, o que fica esclarecido, que todo este processo de mutações sobre as ações da sociedade civil é conduzido pelo Estado, a fim de enfraquecer e diluir as ações populares. “O Estado tem definido linhas de atuação aos movimentos à medida que cria programas sociais, com subvenções e

financiamentos.” (GOHN, 2000, p. 32). Não há mais espaço para disputas políticas ou conflitos. Trata-se agora da reconstrução de valores democráticos.

Isto não significa que todos os problemas foram resolvidos, o processo de exclusão social persiste em seu crescimento. As mesmas carências e pendências anteriores a democratização, como a pobreza, a falta de segurança, o desemprego e a violência, continuam a acontecer. Contudo, a sociedade civil adotou uma conduta de imobilismo, frente às crises atuais. Cria-se um novo estilo de se fazer política. Paulatinamente esta população foi moldada aos modelos neoliberais. Pois para Montaño (2005, p. 260).

O projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da “preocupação” e “ocupação” (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, mas voltadas para as (auto-) respostas imediatas às necessidades localizadas.

Portanto, a partir desta nova colocação em relação às ações coletivas, um novo ator vai ganhando crédito e espaço, passando a atuar inicialmente como articulador entre as ações populares e o Estado, conseguindo finalmente na década de 1990, auferir mais credibilidade e substituir os movimentos sociais, sendo a causadora deste divórcio, segundo Montaño (1998), as Organizações Não Governamentais.

1.3 TERCEIRO SETOR: UM ESPAÇO PARA POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS

As políticas de responsabilidade do Estado são solucionadas agora pela filantropia, caridade, solidariedade, parcerias e terceirização. Surgindo assim na década de 1990 “entidades autodenominadas como o terceiro setor” (GOHN, 2005, p. 89).

O terceiro setor é constituído por iniciativas individuais e privadas, não lucrativas e não governamentais, que estariam atuando na sociedade ao lado dos setores tradicionais. Podendo ainda ser definido por Montaño (2005) como “a mistificação de uma sociedade civil”. Ou em poucas palavras pode ser sintetizado como uma terceirização dos deveres e responsabilidades do Estado. O terceiro setor é o espaço onde o próprio cidadão se torna provedor de serviços e políticas sociais, é uma ideologia que tem como base amenizar o verdadeiro fenômeno das seqüelas

sociais causadas pelas políticas neoliberais, tendo como um de seus principais objetivos:

Desenvolver um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal. (MONTAÑO, 2005, p. 19).

Segundo Montaña (2005) os prejuízos causados pela reestruturação do capital e conseqüentemente com a implantação do Estado mínimo vêm tentando se encobrir por meio das ações do terceiro setor, que a cada dia ganha mais espaço de atuação, graças a parceria estabelecida entre sociedade civil e poder público. A palavra de ordem do século XXI é a filantropia, são as estratégias de compensamento, é o voluntariado, ou seja, são as respostas imediatas dadas para suprir a inexistência do Estado em determinados setores.

E o que seria de direito dos cidadãos, transformam-se em bens de consumo. A cada dia este processo vem tomando maior espaço e uma verdadeira aceitação pela sociedade civil, a estratégia do Estado em legitimar seu projeto vem se realizando com sucesso. Como aponta Montaña (2005, p. 226) “Procura-se, ideologicamente, que esse processo seja percebido como de “transferência” de um setor “falido”, o Estado, para outro mais eficiente, empreendedor, livre, a sociedade civil (que alguns chamam de “terceiro setor)”.

O terceiro setor pode ser considerado, portanto, como uma regressão dos direitos conquistados até então, este fenômeno foi um rompimento do compromisso estatal com seus cidadãos, referentes às questões sociais. Com isto, o conceito de bem estar é repassado ao poder público ou privado e os programas de bens e serviços acabam entrando na real política de reestruturação do capital, a descentralização. “Substituem-se os programas nacionais e regionais por “iniciativas” locais incapazes de dar uma cobertura suficiente cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais e situação de pobreza e/ou exclusão”. (MONTAÑO, 2005, p. 12). O Estado que anteriormente era visto como burocrático e centralizador de tarefas, passa agora por um processo de desburocratização a fim de atender as demandas de mercado, tornando o público não estatal por meio das ações da sociedade civil no terceiro setor.

Até o próprio conceito de cidadania hoje, possui uma nova dimensão. O cidadão do século XX de acordo com Gohn (1999) era aquele que possuía direitos e também que cumpria com seus deveres, tendo o Estado como regulador, o que o tornava um órgão responsável pelo recolhimento de verbas por meio de impostos e repasse dos mesmos para a sociedade, garantindo assim a qualidade de serviços referentes às políticas públicas. Já o cidadão do século XXI é aquele que está inserido em programas de responsabilidade sociais, é aquele que participa de arrecadações para a formação ou manutenção de ONGs e que toma para si as responsabilidades do setor estatal.

Paulatinamente a distribuição das responsabilidades do poder público foi passando para a sociedade civil, tendo hoje de maneira explícita um forte incentivo por meio de campanhas empresariais, estatais e também da mídia, a incorporação de novos conceitos, deveres, formas de pensar e agir para com a realidade social. Alguns dos conceitos apontados por Viriato (2004) são a publicização e o cidadão-cliente. O primeiro refere-se a “privatização do setor de produção de bens e serviços para o mercado” (VIRIATO, 2004, p. 03) e o segundo como um sujeito de baixo custo para o Estado.

Portanto o que temos com o início do século XXI, é a perda do espaço público para a iniciativa privada, é a perda dos “direitos universais trazidos na educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer e cultura” (VIRIATO, 2004, 06), sendo estes transformados em produtos de compra. E para aqueles que não se enquadram a categoria cidadão-cliente, ou seja, para aqueles que necessitam ser mantidos pelo Estado, temos um serviço de compensação destes direitos, por meio de um atendimento emergencial. Eis aqui um dos principais responsáveis pela prestação destes serviços, as ONGs.

De acordo com Montaño, (2005) as ONGs surgem para trabalhar em função do projeto neoliberal e legitimar a reestruturação produtiva do capital, servindo como um amortecedor social e apaziguador de conflitos. Trazendo como caráter principal o de terceirização e de substituição. Transferindo assim, os papéis de seus principais atores de cidadãos militantes para cidadãos voluntários, o que dá início a um processo de estruturação e ampliação para uma nova esfera da sociedade, o terceiro setor.

Deste modo, para Montaña (2005) as Organizações Não Governamentais, podem ser consideradas como uma ferramenta de caráter ideológico e neoliberal, respaldadas juridicamente pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, fundamentando assim uma motivação para uma maior participação dos cidadãos perante as questões sociais.

A motivação do governo para tal reforma, não é a declarada [...]. A verdadeira motivação desta (contra) reforma, o que esta por trás de tudo isto, no que refere a chamada “publicização”, é, por um lado, a diminuição dos custos desta atividade social – não pela maior eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços. (MONTAÑO, 2005, p. 47).

Tal motivação estatal parece ter conseguido com sucesso o seu intuito, pois, nos últimos anos o numero crescente de tais entidades filantrópicas foram significativos, já que seu parceiro, o Estado lhe deu todos os meios para que isso acontecesse, fornecendo assim a essas Organizações “crédito fácil, isenção fiscal, facilidades legais, destina recursos financeiros, materiais e humanos” (MONTAÑO, 2005, p. 225). Com isto, surge espaço também para questionamentos sobre a idoneidade destas entidades, uma vez que, “As organizações que possuem as duas qualidades (Declaração de Utilidade Pública e o certificado de Fins Filantrópicos) têm acesso a redução de doações de pessoas Jurídicas e impostos de renda” (VIRIATO, 2001, p. 8).

A intenção destes apontamentos não é desmerecer as ações promovidas pela sociedade civil, mas, é sim, deixar evidente o caráter emergencial destas ações. Mostrando também que a expansão destas instituições deu-se principalmente com o intuito de minimizar os problemas sociais existentes, entendendo-se assim que a sociedade civil busca, por meio destas ações organizadas, de alguma maneira responder a esta situação excludente e estar presente na lacuna pertencente ao âmbito estatal.

CAPITULO II: A EDUCAÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES: UMA PRÁTICA SOCIAL

Caberá a este capítulo elucidar sobre os conceitos de educação e em específico o da modalidade educação não-formal, buscando também, analisar em qual espaço esta ocorre, destacando quais são seus principais objetivos.

2.1 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SUAS AÇÕES

A ação educativa está presente em qualquer contexto da vida do ser humano. Segundo Brandão (1981) ninguém escapa da educação. Ainda afirma o autor:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é seu único praticante. (BRANDÃO, 1981, p. 9).

De acordo com Libâneo (2001, p. 31) “a educação não-formal são as práticas educativas realizadas em instituições não convencionais de educação”. Ou seja, a educação não é somente aquela que acontece dentro dos muros da escola. Para Zucchetti e Moura a educação não-formal:

[...] Trata-se de práticas bastante heterogêneas, constituindo experiências e atividades de educação realizadas no interior de movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais que acolhem crianças, jovens, mulheres, moradores dos bairros de periferias das grandes cidades. [...]. (ZUCCHETTI; MOURA, 2007, p. 02).

Esta modalidade da educação pode se desenvolver em vários outros espaços, em que seus principais protagonistas não precisam ser necessariamente crianças que estejam na idade escolar. Podendo alcançar de acordo com Gohn (2006) um público diferenciado como a terceira idade, questões ecológicas, questões relacionadas ao trânsito, educação para jovens e adultos, programas destinados a população indígena, trabalhadores desempregados, crianças em situação de risco e outros grupos considerados minoria como os negros, mulheres, presos, hospitalizados, sem-terra, sujeitos ou grupos para os quais a educação formal é de difícil acesso, sendo entendido ainda por Cavalcante (2009) como “uma tentativa de complementar o processo de formação dos indivíduos”, e definida por Gohn como uma educação que:

Capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (GOHN, 2006, p. 03).

De acordo com Gohn (2006) a proposta desta educação é formar o ser humano como um todo, principalmente por esta se efetivar em processos de compartilhamento de experiências e em espaços coletivos. Distinguindo-se assim da metodologia de aprendizagem pelo meio formal. Visando desta forma alcançar:

A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagens de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos [...]. (GOHN, 2006, p. 02).

A educação não-formal surge como uma alternativa em se trabalhar o ensino aprendizagem paralelo ou complementar a escola. É mais uma maneira em disseminar o conhecimento além de um currículo padronizado e sistematizado, oportunizando assim, mais um espaço para a promoção da ação educativa, visando principalmente alcançar aqueles que estão à margem de nossa sociedade.

Desde longa data, práticas sócio educativas têm sido ofertadas a crianças e jovens a fim de ocupar seu tempo livre. Inúmeras são as justificativas para que o Estado, as Igrejas, a Sociedade Civil e/ou o Terceiro Setor, em diferentes momentos históricos, se ocupem mais de alguns sujeitos do que de outros. Algumas justificativas, especialmente pelo viés sociológico positivista, ressaltam o risco iminente de marginalização de determinados sujeitos sociais que, por sua vez, coloca outros sujeitos sob a ameaça de serem objeto de violência daqueles. (ZUCCHETTI; MOURA, p. 01, 2007).

Desta maneira podemos apontar como sendo uma das principais características desta ação educativa, o caráter assistencial, que visa ofertar muitas vezes ações “coadjuvantes da educação escolar: alimentação, higiene, recreação, apoio familiar, são intervenções que desenham este cenário”. (ZUCCHETTI; MOURA, p. 01, 2007).

As ações que são desenvolvidas no âmbito da educação não-formal tentam sanar as necessidades sociais e educacionais, de crianças e adolescentes que se encontram em situação de pobreza.

Para Gohn (2006) a educação não-formal traz uma proposta diferenciada daquela que encontramos na escola, tanto em termos de profissionais, contextos, objetivos, organização, entre outros aspectos. Contudo, vale ressaltar, que uma das características equivalente a proposta formal, encontrada também na educação não-formal é a intencionalidade, esta pode ser vista “na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou de trocar saberes”. (GOHN, 2006, p. 03).

Portanto, a educação considerada como uma prática social, não pode ser tratada de maneira desvinculada ao ato intencional, consciente e direcionada a um fim específico. Conforme aponta Libâneo:

A educação somente pode ser compreendida como produto do desenvolvimento social, determinada pelas relações sociais vigentes em cada sociedade e, portanto, depende dos interesses e práticas de classe, de tal modo que a transformação da educação é um processo ligado à transformação das relações sociais. (LIBÂNEO, 2001, p. 71).

De acordo com Libâneo (2001), os espaços que oferecem atividades não formais contam com objetivos definidos, no entanto, não possuem grandes estruturas ou um trabalho rigoroso para desenvolver a ação tal qual foi planejada.

Geralmente a educação não-formal é direcionada a população carente, famílias de baixa renda, ou atendimento às crianças em situação de risco. Este atendimento possui o objetivo de oferecer à estes grupos, algumas maneiras que possam solucionar os problemas sociais e as necessidades humanas existentes. A ação da educação não formal, como afirma Afonso (*apud* SIMSON, 2001, p. 12) esta voltada “[...] a preocupação em propor alternativas que melhorem a forma de inserção de um grande contingente de pessoas na realidade brasileira” ou ainda “tirar os jovens das ruas, oferecendo atividades voltadas ao lazer e à capacitação profissional”.

De acordo com Gohn (2006) a intencionalidade da educação não-formal encontra-se principalmente em promover transformações no interior das relações sociais e no comportamento dos indivíduos em relação a si mesmos, bem como em seu entorno.

De certa forma, a educação não-formal, propõe uma formação além dos interesses individuais, esta, por sua vez, busca ressaltar dimensões coletivas, propondo alternativas de aprendizagem não apenas para o sujeito, mas para os grupos, ou seja, há uma preocupação social definindo e orientando as ações, esta por sua vez:

Considera e reaviva a cultura dos indivíduos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural de cada um seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpassasse todas as atividades. (AFONSO *apud* SIMSON, 2001, p. 11).

Contudo, hoje, esta modalidade de educação, ainda é um campo em desenvolvimento e que precisa ser melhor explorada, compreendida, desenvolvida e incentivada. Muitas lacunas ainda devem ser preenchidas nesta área. E são indicadas por Gohn (2006), inúmeras questões a serem melhoradas, no que diz respeito às condições para a realização da educação não-formal. São algumas delas: definição de função objetivo, sistematização das metodologias, métodos de avaliação e análise do processo de aprendizagem, metodologias para o acompanhamento do trabalho realizado e a formação específica de educadores.

Ao tratarmos da formação dos educadores ou das metodologias aplicadas dentro da organização da educação não-formal, percebemos que estas são questões que possuem maiores déficits, pois estamos tratando de um campo ainda em desenvolvimento e mais, hoje um campo em transformação. São poucos os espaços não formais que contam com um grupo de profissionais capacitados e processo de avaliação interna.

De acordo com Zucchetti e Moura (2007, p. 7), pode ser encontrado na maioria das vezes “estagiários de cursos de licenciaturas e de professores que têm realizado sua formação centrada no processo de aprendizagem escolar” realizando um trabalho que seria cabível ao profissional específico e capacitado de forma adequada para esta função.

Deparamo-nos também com profissionais despreparados e alienados em relação aos objetivos do trabalho que deve ser desenvolvido, contando apenas com atividades mecânicas, operacionais e de reprodução, deixando a margem o conhecimento intelectual. Não podendo ser alcançando desta forma a intencionalidade desta modalidade de educação, a qual seria levar os indivíduos a emancipação e a possibilidade de se fazer “uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor” (GOHN, 2006, p. 02).

De acordo com Afonso (*apud* SINSON 2001, p. 10) a educação não-formal deveria ser oferecida em um espaço “agradável, que permita movimentar-se, expandir-se e improvisar, possibilitando oportunidades de troca de experiência e

formação de grupo”. Contudo, hoje, na maioria das vezes, a educação não-formal tem acontecido por meio de trabalhos realizados em ONGs (Organizações Não Governamentais), espaços estes mantidos pela própria iniciativa da sociedade civil. Viriato afirma que:

[...] Por trás da transferência de responsabilidades esta o esvaziamento dos direitos dos cidadãos; a criação da cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, é uma nova forma de enfrentar os problemas: a solidariedade e o voluntariado, ou seja, o processo de redefinição do espaço público estatal e sua “publicização” ganham sustentação com o denominado terceiro setor. (VIRIATO, 2004, p. 06).

Assim tais iniciativas que supostamente possuem como objetivo a diminuição das desigualdades sociais, acabam por corroborar a consolidação de políticas assistenciais, naturalizando, desta forma os problemas sociais causados pelo sistema econômico capitalista, transferindo ao pobre a responsabilidade de superar tal situação.

2.2 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL A PARTIR DE UMA ÓTICA NEOLIBERAL

Podemos considerar a educação como um processo dinâmico e mutável, que se transforma a fim de atender as necessidades de cada contexto histórico e social. Assim, a partir das últimas décadas do século XX, segundo Gohn (2006), a educação ganhou uma visibilidade política nunca antes conseguida, pois é principalmente em períodos de crise ou de transformações conjunturais que a educação entra em processo de reforma.

De acordo com Viriato (2004), foi por conta destas políticas implantadas pelo novo sistema econômico, o neoliberalismo, que a educação como as demais políticas públicas do país, acabaram por incorporar princípios fundamentados na lógica do mercado e ganharam um diferente direcionamento. A partir de então, a educação passa a cumprir um papel essencial na consolidação do projeto neoliberal. O Estado convida a sociedade civil a atuar em parceria para solucionar conflitos ou pendências relacionadas à questões sociais. Para Viriato (2004, p. 01) isto significa a produção de “novos agentes sociais que, em nome da participação, da democracia, passam a assumir responsabilidades outrora do Estado”.

Este processo se efetiva por meio das atividades realizadas pelas Organizações Não governamentais, como aponta Montaño (2005, p. 273):

[...] A ONG, do lado dos movimentos sociais, desenvolvia em geral uma estratégia de enfrentamento ao sistema (mais pontual ou mais estrutural), via demanda ao Estado [...] nos anos 90, estas em geral, já em processo de divórcio com os movimentos sociais, passam a se relacionar com o Estado (e até, em muitos casos com empresas) como parceiros. Por todas as considerações já feitas até agora, este relacionamento é dócil, despolitizado e despolitizador, funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica. Das lutas (dos movimentos sociais), passa-se a negociação (entre ONG e Estado), de relação de interesses conflitantes (das organizações populares), á relação clientelista.

As políticas neoliberais buscam pela redução do Estado enquanto provedor de políticas sociais, implicando, desta maneira, na procura pela transferência de suas responsabilidades para os indivíduos. Havendo, dessa forma, novas inserções de espaços considerados reguladores deste processo, sendo estes, associações civis, ONGs, ações filantrópicas, ações empresariais e outros.

E assim pode-se perceber nas últimas duas décadas um aumento de políticas, programas, projetos e ações que colocam a educação entre as prioridades do âmbito da questão social. Tais atendimentos são voltados para “crianças e jovens pobres, mas as políticas resultantes costumam ser erráticas, segmentadas e de baixa cobertura”. (CAMPOS, 2003, p. 184).

Como aponta Campos (2003), este aumento de políticas sociais para o campo educacional, deu-se principalmente por conta de sua visibilidade social, ou seja, surgem neste atual contexto, outros atores, não pertencentes à categoria de profissionais da área, mas que possuem interesse em dar a sua contribuição como cidadão participativo na sociedade. Desta forma, a educação vai tornando-se um espaço para a promoção social de alguns, e, ainda, pode ser aludida a um grande palco que tem por finalidade promover espetáculos, cujos temas principais são os projetos sociais. Estas ações de marketing cumprem com o seu objetivo, o qual seria “proclamar os bons sentimentos e dar a ilusão de que os problemas estão sendo enfrentados de alguma forma”. (CAMPOS, 2003, p. 184).

De tal modo é possível identificar, que tais problemas sociais, vêm sendo enfrentados pelo que chamamos hoje de terceiro setor, que por sua vez, pode ser considerado como um produto deste contexto, que possui como principal característica a retirada do Estado frente às questões sociais.

O terceiro setor é definido por Viriato como:

Um conceito abrangente e difuso, agrupando instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, não regidas pelas leis do mercado, caracterizadas em promover os interesses coletivos. ONGs, Fundações, Associações, Entidades, enfim, todas as instituições jurídicas que atuam em prol do “bem comum”, “sem fins lucrativos”, pertencem ao terceiro setor. (VIRIATO, 2004, p. 06).

Para Montaño (2005), os problemas sociais existentes hoje, são tratados neste âmbito de caráter assistencial e o papel que seria de responsabilidade do Estado, passa a ser efetivado pela sociedade civil, a qual sem ou com poucos recursos oferece serviços sem garantias de qualidade, sem vínculos empregatícios, sem a mínima condição de estrutura. O que indica que os serviços sociais tornam-se cada vez mais precarizados, assim “aqueles que tiverem condições de contratá-lo na órbita privada terão serviços de boa qualidade; quem não puder fazê-lo e, portanto tiver que recorrer à prestação de serviços estatais, receberá um tratamento de má qualidade e despersonalizado.” (MONTAÑO, 2005, p. 195).

Nesse sentido, Montaño aponta que, as iniciativas promovidas pelo terceiro setor possuem um caráter ideológico, o qual atua:

[...] Na “necessidade” de “compensar”, “substituir” ou “remediar” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do Estado, a população tende a melhor a aceitar a sua desresponsabilização nas respostas às seqüelas da “questão social”. (MONTAÑO, 2005, p. 233).

De tal modo, podemos constatar que ao terceiro setor esta sendo delegado, a promoção de atividades pertinentes à educação não-formal e, esta por sua vez esta voltada ao âmbito de políticas compensatórias, as quais, tem a função de aliviar os impactos causados pelas políticas neoliberais.

2.3 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: SUPLEMENTAR OU EMERGENCIAL?

Com toda esta situação gerada pelo capital, deparamo-nos com a construção de uma nova sociedade e cultura fundamentadas a partir da lógica mercadológica. Igualmente, encontramos a educação sob o mesmo viés, isto é, atrelada ao consumo, que tem por objetivo formar o cidadão não crítico, mas um cidadão que seja segundo Ugá (2004, p. 59) “apto a competir com outros por um

emprego melhor no mercado e, conseqüentemente, a obter uma renda maior". A educação posta hoje é aquela que visa inserir o ser humano neste novo contexto, que reforça os ideais neoliberais, incentiva a competitividade como sendo natural e que transforma o indivíduo cada vez mais individualista.

Com isso, a educação não-formal incorporou para si características do padrão posto pela reforma neoliberal, que trazem como orientação propostas de educação direcionadas a inclusão da população carente no mercado e o alívio da pobreza. De acordo com Shiroma e Evangelista, (2004, p.14) "De um modo ou de outro, entre as soluções, recomendadas para o "alívio da pobreza" figura a educação, na forma escolarizada ou não, com destaque particular na última década".

Contudo, é evidente que a educação não pode tomar para si, única e exclusivamente a responsabilidade de sanar os problemas de desigualdades sociais presentes em nossa sociedade. Além de que, as iniciativas promovidas pela educação não-formal, que acontecem em espaços do terceiro setor podem ser caracterizadas por Montañó, como de cunho assistencialista. Pois de acordo com o autor:

Toda demanda social, atendida por essas "entidades" independentes, filantrópicas e voluntárias, tende a ser, via de regra, transformada em demanda emergencial – isto é, retirada dos seus fundamentos sistêmicos e eliminadas as mediações, transformada em demanda imediata, apenas tratando a forma manifesta da questão de fundo -, portanto, tratada de forma assistemática e assistencialista – sem constituir direito, sem garantia de permanência e como atividade curativa. Assim por outro lado, cria-se dependência crônica do "necessitado" com esse serviço emergencial que, no entanto, não garante permanência na prestação. (MONTAÑO, 2005, p. 236).

Desta forma políticas são criadas a fim de encobrir os problemas causados pelas ações neoliberais. Tais políticas são de caráter compensatórios e emergências, que trabalham de maneira descentralizada, não possuindo a intenção de resolver problemas estruturais.

Segundo CENPEC³ (1995) o objetivo primordial da educação não-formal seria criar condições para que o indivíduo possa atuar em sua sociedade de forma autônoma e consciente de seus direitos. Contudo em detrimento destas

³Guia de ações complementares a escola para crianças e adolescentes/Centro de Pesquisa para a educação e para a cultura. São Paulo: CENPEC/UNICEF, 1995.

condições e necessidades de nossa sociedade regida pelos novos ideais neoliberais, as iniciativas mais desenvolvidas no âmbito da educação não-formal que podemos encontrar, além de oficinas que possam suprir os conhecimentos culturais do indivíduo, é a capacitação de jovens para o mercado de trabalho. Afonso *apud* Simson aponta que:

[...] Muitos segmentos têm a preocupação de proteger as classes mais favorecidas da marginalidade que pode advir, em especial de grupos de crianças e adolescentes da periferia. Essas organizações procuram tirar os jovens das ruas, oferecendo atividades voltadas ao lazer e à capacitação profissional. (AFONSO *apud* SIMSON, 2001, p. 12)

Sendo assim, são principalmente para aqueles que fazem parte da camada excluída e mais vulnerável e que conseqüentemente não possuem condições para tal adaptação exigida pelo mercado, que são criadas propostas de soluções de caráter humanitário que trazem como objetivo findar os problemas existentes da sociedade. Tais propostas são colocadas de acordo com coloca Shiroma e Evangelista (2004, p. 02) como:

[...] Uma espécie de “companheirismo social” pelo qual “os que têm” colaboram com “os que não têm”. Esse viés humanitário deveria estar na base da construção de políticas educativas – e sociais – viabilizadoras da convivência harmoniosa em sociedade, composta de “parceiros” – Estado, mercado, sociedade civil – que se irmanam na luta por melhores condições de vida.

E é neste contexto que encontramos as ações da educação não-formal, intervindo em função da proposta neoliberal. Fazendo a manutenção da pobreza, realizando segundo Shiroma e Evangelista (2004) a administração e controle dos pobres, alocando-os ao meio de “um conjunto de políticas compensatórias atreladas a um discurso da educação redentora.” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2004, p. 03).

Tal ação neoliberal segundo Soares (2001 *apud* MONTAÑO, 2005, p. 194) é “caracterizado pela primazia de “programas assistências de caráter apenas suplementar e emergencial”, dirigidos apenas para os pobres”. O discurso presente das instituições estatais, agregadas aos órgãos internacionais são o da implantação de políticas “bem-intencionadas”, haja vista que, esta característica esta ligada aos meios que o Estado utiliza para desenvolver o terceiro setor, finalidade esta alcançada por meio da solidariedade dos cidadãos. Enquanto isso, segundo Ugá (2004, p.61):

[...] O Banco Mundial vangloria-se de suas políticas com “face humana”, que ensinam a lutar contra a pobreza, o conceito de cidadania social esvazia-se. A cidadania social, em sua essência, sempre esteve relacionada a garantia de direitos e não com programa compensatórios.

De acordo com Shiroma e Evangelista (2004) uma das grandes preocupações dos órgãos internacionais seria o combate da pobreza, uma vez que esta seria a responsável pelo atraso do desenvolvimento do país e acompanhamento dos países de 1º mundo. No ano de 1990, a partir de um relatório levantado pelo Banco Mundial, pode ser “percebido” que havia a necessidade em se criar um recurso para os pobres de fosse de caráter produtivo, tal recurso indicado foi o trabalho. “Para tanto, era necessário prover-lhes serviços sociais básicos. O melhor caminho aventado para aumentar tal recurso era o investimento em educação”. (SHIROMA; EVANGELISTA, 2004, p. 05).

Percebe-se então, que mais uma vez a educação foi usada como jogo político, pois segundo Ugá (2004), ao invés de se tratar diretamente das conseqüências negativas causadas pelo ajuste neoliberal, agindo por meio de soluções estruturais, combatendo-se assim a informalidade e o desemprego, propõe-se um combate a pobreza por meio de programas emergenciais.

Assim a segunda estratégia de combate a pobreza proposta pelo relatório do Banco Mundial refere-se a necessidade de o governo prestar serviços sociais - educação e saúde - aos pobres. O documento ressalta a íntima relação da prestação de serviços sociais com a diminuição da pobreza, pois ela significa uma promoção de políticas focalizadas de aumento do “capital humano” dos indivíduos. (UGÁ, 2004, 59).

De acordo com Ugá (2004) a educação é vista como uma proposta que garante uma maior produtividade e consumo. O interesse para combater a pobreza seria unicamente para fazer a manutenção do capitalismo. A pobreza não está relacionada somente ao setor monetário, mas também está atrelada a privação de capacidades. Uma das propostas para a resolução deste problema é desenvolvimento da liberdade e ampliação das potencialidades humanas. Capacitar os indivíduos num primeiro momento para que posteriormente cada um, possa buscar individualmente seu próprio desenvolvimento pessoal no mercado. Pois o que interessa para este sistema econômico atual é o indivíduo competitivo “capaz de atuar livremente no mercado, uma vez que tem competitividade”. (UGÁ, 2004, p. 60).

Este tipo de política reforça e legitima a implantação de um Estado mínimo, atuando desta maneira como um suporte ao mercado, agindo principalmente naqueles setores que apresentam “falhas”. Assim são criados “programas para determinados segmentos da sociedade, a chamada população alvo, os grupos de risco” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2004, p. 12).

Diante do exposto evidencia-se que a educação não-formal possui como uma proposta básica a emancipação do indivíduo, a socialização do mesmo e a formação para a cidadania, contudo, esta proposta não vem conseguindo ser efetivada devido a diversos impasses impostos pelos ditames neoliberais. E ao invés de encontrarmos uma prática social que possa contemplar e favorecer condições para que este indivíduo, enquanto atuante deste espaço, possa mudar sua realidade, fomentando a consciência coletiva e lutando por seus direitos historicamente conquistados ou ainda aqueles a serem alcançados, nos deparamos com um espaço de constante contradição, onde ao mesmo tempo em que se busca pela emancipação, acaba por trabalhar a favor dos ideais capitalistas, ou seja, colaboram para a reprodução do sistema vigente.

CAPITULO III: PESQUISA DE CAMPO NO MUNICIPIO DE LONDRINA/PR: UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DAS INICIATIVAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELO TERCEIRO SETOR

O objetivo desse capítulo é apresentar os dados coletados em trabalho de campo, os quais estão voltados a responder de que forma a educação não-formal vem se configurando no município de Londrina/PR e em qual medida esta atrelada ao assistencialismo e às tentativas de combate à pobreza.

3.1 A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A AÇÃO EDUCATIVA DE CARÁTER NÃO-FORMAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS INICIATIVAS EDUCACIONAIS REALIZADAS PELO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

É plausível identificar que a educação não-formal direcionada ao alívio da pobreza é fruto do atual contexto, bem como da retirada do Estado frente aos direitos sociais, que deixa a cargo suas responsabilidades á sociedade civil. Essa modalidade educativa tem sido desenvolvida por meio de ações governamentais e também por ações socioeducativas desenvolvidas por secretarias de serviço social e, em especial pelo terceiro setor, situada em um contexto de fragilidade dos direitos sociais.

Nas últimas duas décadas o crescimento destas instituições mantidas pelo terceiro setor com o objetivo de atender crianças e adolescentes foi considerável. Segundo Montaña (2005) isso se deu principalmente por conta dos estímulos por parte do Estado. Tais incentivos ocorreram por meio de respaldos legais e financeiros.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, estabelece a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço ás instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. O Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, regula essas isenções fiscais, beneficiando entidades sem fins lucrativos que promovam atividades com fins culturais, científicos e assistenciais. (SZAZI, 2000 *apud* MONTAÑO, 2005, p. 204).

De acordo com Szazi (2000 *apud* Montaña, 2005) vários outros estímulos são dados pelo governo às instituições componentes do terceiro setor. Alguns deles seriam os auxílios e contribuições regidos por leis, a subvenções sociais que estão ligadas a cobertura de custos referentes à prestação de serviços a

assistência social, os contratos de gestão os quais significam a terceirização das responsabilidades estatais para a iniciativa privada, a isenção de impostos, entre outros.

No município de Londrina isso não ocorreu de maneira diferente. O município possui um Caderno Setorial⁴, que traz dados referentes ao terceiro setor e suas iniciativas na cidade. Tais informações são trazidas de forma a ampliar a compreensão referente ao terceiro setor neste município. De acordo com o Caderno Setorial:

Estima-se que existam 400 organizações do terceiro setor no município. Até o momento, estão cadastrados no Mapa 208 estabelecimentos que representam 189 organizações distintas. Entre os estabelecimentos cadastrados, 8 são sedes administrativas, 24 são unidades de atendimento e 176 representam à situação típica das organizações do terceiro setor, cuja sede administrativa e unidade de atendimento funcionam num único endereço. (LONDRINA, CODEL. Cadernos setoriais, 2004, p. 04, *grifos nossos*).

Contudo, tais informações trazidas por este caderno podem ser consideradas já defasadas, uma vez que, sua última atualização consta ser do ano de 2004. O site citado acima, não se encontra mais disponível para consultas, o mesmo expirou há quase um ano. Outro dado, que se faz relevante colocar é a questão dos parceiros existentes que dão subsídios, ou seja, financiam estas ações, para que ocorra sua verdadeira efetivação. Segundo os dados do caderno setorial:

A forma mais comum de obter financiamento é por meio de doações de organizações jurídicas ou pessoas físicas. Os recursos humanos, por sua vez, podem ser representados total ou parcialmente por voluntários, pessoas que participam da organização sem com ela terem vínculo empregatício. Outra possibilidade, assim como no setor privado, é a contratação de profissionais, o que ocorre principalmente em organizações mais desenvolvidas. (LONDRINA, CODEL, CADERNOS SETORIAIS, 2004, p. 14).

De acordo com a pesquisa de campo realizada nas instituições de caráter socioeducativo em Londrina, foi possível confirmar a informação de que o mercado esta fortemente envolvido com as iniciativas do terceiro setor. Das sete instituições pesquisadas, cinco delas são mantidas por recursos advindos da sociedade civil e do empresariado nesse município.

⁴ Publicação realizada pela Companhia de Desenvolvimento de Londrina que se refere ao mapeamento de diversos setores que demonstram o desenvolvimento econômico em ascensão no município.

Montaño (2005) aponta a importância de nos atentarmos aos “benefícios de doação”. Esta atividade é considerada rentável, contudo uma renda que é implícita aos olhos dos mais leigos. Pois acontece geralmente por meio marketing indireto, ou por dedução de impostos, subsídios ou outros sistemas que possam trazer algum benefício também ao doador.

De acordo com as informações obtidas na análise de dados da pesquisa, foi possível compreender, que a questão da parceria, esta voltada a uma disputa de interesses. Assim ao Estado cabe o interesse de distribuir e minimizar suas responsabilidades, ao mercado cabe o retorno financiamento por meio do aumento de sua visibilidade e a sociedade civil a parcela cabível esta em aliviar os problemas existentes.

Com isto, podemos perceber que o trabalho realizado pelo terceiro setor, é desenvolvido para fazermos crer que a sociedade participa e apóia suas iniciativas, fazendo assim parecer que, há uma total cooperação para que as transformações aconteçam, mascarando quem esta realmente a frente desta proposta, o capital.

3.2 A AÇÃO SOCIOEDUCATIVA ATRELADA AO ASSISTENCIALISMO

A partir dos estudos realizados até o momento, fica exposto que a modalidade da educação não-formal neste município, esta direcionada principalmente para o atendimento de crianças e adolescentes pertencentes às famílias de baixa renda. Segundo a pesquisa desenvolvida, pode-se perceber que em todas as instituições analisadas, estão voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes que vivem em constante estado de risco e vulnerabilidade. Tal situação pode ser confirmada na fala dos entrevistados. Uma delas é pela fala da responsável pela instituição AME⁵ (2010):

Todas as crianças atendidas aqui são de baixa renda, a maioria são famílias com empregos informais, os formais que existem são pouquíssimos e quem estão inseridas em uma maioria são as mães. A maioria dos informais são recursos adquiridos ilegalmente. Aqui a gente tem um número muito grande de pais, avós, familiares que são

⁵Associação Mãos Estendidas - Organização Não governamental sem fins lucrativos, localizada no Conjunto Novo Amparo, região Leste do município de Londrina. Atende atualmente 150 educandos com idades entre 6 a 14 anos.

envolvidos na criminalidade. A criança ou o adolescente já cresce em meio há um contexto de valores distorcidos e sem parâmetros.

A mesma constatação pode ser confirmada pelo relato do representante da Guarda Mirim (2010):

São adolescentes, de quatorze a dezoito anos, de sessenta e oito localidades de Londrina e estes adolescentes na grande maioria são da periferia da cidade e são muito carentes, tanto da questão financeira, quanto da questão afetiva.

Segundo Afonso (*apud* SIMSON 2001) a educação não-formal em nosso país tem uma longa trajetória, a preocupação em tirar crianças das ruas e dar um direcionamento a estas é uma preocupação que vem de longa data. No entanto, este atendimento esteve basicamente voltado ao sentido da proteção, acolhimento e cuidado, livrando-os assim da marginalidade social, ou seja, estas ações estavam totalmente pautadas no âmbito do assistencialismo.

A partir do final dos anos de 1970, conforme analisa Zaluar (1994), houve grande agravante da questão:

[...] Como resultado da crise econômica e de governabilidade que se instalou no país, grandes faixas da população jovem foram atingidas pelas funestas conseqüências da crise econômica, pelo afastamento maior entre pais e filhos na atual sociedade e pelos anos de abandono do poder público, notadamente o parco desempenho do sistema educacional. Além disso, o desenvolvimento do crime organizado, que acompanhou o que se passava no resto do mundo, especialmente no que se referia ao tráfico de drogas, mudou radicalmente o quadro das organizações e da subcultura criminosa, nas quais os menores passaram a ter uma posição chave [...] (ZALUAR, 1994, p. 138).

O objetivo neste momento era de tentar responder de alguma forma a esta demanda existente. Nesse sentido, coloca Zaluar (1994) que foi a partir de então que se deu o surgimento de inúmeros projetos sociais alternativos. Isto é, a maneira mais viável para o enfrentamento da situação foi criar projetos de cunho emergencial.

De acordo com Ávila (200-) foi somente a partir da década de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que ações oferecidas em movimentos populares ganharam um caráter diferenciado: o educativo. Com isso, as instituições que eram responsáveis pelo atendimento dos adolescentes, passaram a atuar fundamentadas sob um novo viés:

O da criança e do adolescente como sujeitos de direitos que necessitam de uma educação capaz de lhes garantir o

desenvolvimento integral. Suas ações devem funcionar como complementares à escola, levando o público infanto-juvenil ao sucesso escolar. Essa postura de complementaridade à ação da escola — e não dela dissociada, tampouco pretensamente substitutiva, visão presente em algumas instituições de atendimento a crianças e adolescentes pobres no Brasil — vem possibilitando um novo alinhamento de programas e projetos sociais. (AVILA, 200-, p. 02).

Contudo, um dado bastante evidente que pode ser encontrado a partir deste trabalho de campo, é que mesmo havendo um forte discurso em torno destas ações estarem ligadas ao caráter educativo, o ato em si, ainda esta associado a questão da assistência. Como pode ser visto na narrativa da responsável pela Escola Oficina Pestalozzi (2010):

A gente busca estar fortalecendo eles no aprendizado paralelo com a escola, paralelo a outras atividades, a gente trabalha muito a auto-estima, resgatá-los com uma atividade diferenciada e assim proporcionar algo diferente para eles. Por que assim, a gente coloca tirar eles da rua, tirar eles do risco social, não é só isso também, nós temos muitos alunos aqui que não tem esse problema, mas “ta” assim proporcionando uma atividade diferenciada, até de uma auto-estima e conhecimento. Porque são poucos que tem acesso a atividades pagas. O objetivo da escola e de quem fundou é esse, que eles tenham acesso também. A preocupação não é só tirar eles da rua, mas também no aprendizado. A atividade que a gente coloca pra eles pode estar sendo uma geração de renda também né! Uma renda que eles estão buscando.

Constata-se que as propostas apesar de serem denominadas educativas, encontram-se vazias de sua verdadeira característica, ou seja, o foco destes trabalhos muitas vezes acabam diluindo-se nas propostas profissionalizantes. Outra confirmação esta no relato da responsável da Instituição CFC⁶ (2010):

Nosso maior objetivo é preparar o adolescente pro profissionalizante. Com quinze anos ele vai pra uma EPESMEL, Guarda Mirim, nós direcionamos, e quando chega nesta idade nós fazemos o encaminhamento pro profissionalizante. Principalmente o pessoal de quatorze e quinze eles aguardam muito ansiosos esse encaminhamento.

Vale ressaltar que os problemas enfrentados hoje referentes à situação de crianças e adolescentes é preocupante, pois como aponta Afonso (*apud* SIMSON, 2001), a regulamentação do código brasileiro, o ECA, não foi suficiente

⁶ Centro de Formação Cidadã - Organização da sociedade Civil de interesse público, localizada na região oeste da cidade, a qual é de responsabilidade do poder público municipal em parceria com o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense). Atende atualmente a 116 educandos de 12 a 17 anos.

para assegurar todos os direitos existentes destes sujeitos, “pois existe um abismo profundo entre as normas e a dura realidade da infância brasileira” (AFONSO *apud* SIMSON, 2001, p. 17).

Com o notável alargamento das iniciativas direcionadas á estes sujeitos - crianças e adolescentes - nos deparamos também, com outro fenômeno, o da proliferação da “rede de organizações privadas autônomas” (SALAMON, 1998, p. 05). Ou seja, a partir desse período passa a ocorrer a criação de um grande número de Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos com intuito de atender esta demanda existente.

Contudo, mesmo após a consolidação de uma política de proteção à infância criada pelo poder público, não foi possível garantir a efetivação da intervenção do Estado perante as ações de atendimento às crianças e adolescentes marginalizados. Assim, mais uma vez “dá-se o retorno da responsabilidade para o nível municipal e para a sociedade civil através de instituições confessionais e não-governamentais” (AFONSO *apud* SIMSON, 2001, p. 17).

Tal colocação do autor pode ser confirmada e assim vista claramente a partir dos dados levantados pelo trabalho de campo. Das sete instituições entrevistadas, cinco são subsidiadas por recursos advindos principalmente da sociedade civil. Estas instituições recebem também uma pequena ajuda da prefeitura do município. Desta maneira, podemos confirmar esta situação por meio do relato abaixo:

A instituição é filantrópica, ela tem convênio bem simbólico com a prefeitura, e ela depende muito de voluntário para “ta” trabalhando. Ele é financiado pela sociedade civil, por um grupo de padrinhos, mas a maior mantenedora da escola é uma comunhão espírita, ela é a mantenedora da escola. Tem uma empresa que ajuda que é os Móveis Brasília, mas é esporadicamente, mas como eles fazem parte da comunhão espírita, eles sabem quando precisamos de ajuda, não precisamos a eles. Mas não é nada exagerado, é o básico que eles ajudam. (ESCOLA OFICINA PESTALOZZI, 2010, *grifos nossos*).

Ou ainda pela fala da representante da Instituição NEIS⁷ (2010, *grifos nossos*):

O principal mantenedor é a sociedade civil, ela se mantém com doação. Temos apenas um convênio com a prefeitura que é muito pequeno, que é por per capita, cada aluno recebe uma média de trinta e cinco reais. E os contratados são pelo núcleo espírita irmã

⁷Núcleo Espírita Irmã Sheila – Entidade Filantrópica localizada na região Leste do município de Londrina. Atende atualmente 200 educandos com idade entre 14 a 16 anos.

Sheila. Nós recebemos também algumas doações de empresas, por exemplo, o laboratório de informática só foi possível ser montado através de doações de algumas empresas.

Com isto posto, fica evidenciado que as políticas sociais não estão entre as maiores preocupações do estado. De acordo com Afonso (*apud* SIMSON, 2001) estas questões sociais há muito tempo, vem sendo tratadas ora por instituições de cunho religioso, ora pela própria sociedade civil e ainda com o mesmo caráter assistencial de séculos atrás, sendo que é nessa perspectiva que as questões sociais brasileira são tratadas no contexto neoliberal.

[...] A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos, e o exercício da cidadania concentra-se na possibilidade de consumo dos indivíduos e na existência do pleito eleitoral. O emergencial e o provisório substituem o permanente em termos de políticas sociais. (FREIRE, 2005, p. 58).

Assim, nos deparamos com a prestação de serviços ao pobre, cada vez mais sucateados e ineficientes, devido à escassez de recursos financeiros cedidos a este setor do âmbito social. A pesquisa de campo indica que uma das maiores dificuldades encontradas ao se realizar os trabalhos desenvolvidos nestas instituições, esta associada à questão de recursos financeiros, haja vista que, em sua maioria, estas verbas são oriundas de doações ou advindas de pequenas parcelas oferecidas pelo poder público. De acordo com a responsável pela instituição Escola Oficina Pestalozzi (2010):

Quando se trata de uma entidade filantrópica nós não temos nenhum fim lucrativo, então tudo dificulta né! Já começa no espaço físico, se nós tivéssemos um espaço melhor, se nós tivéssemos uma área de esporte nós conseguiríamos desenvolver uma atividade melhor. As salas não são tão adequadas, principalmente os aparelhos de informática que já um pouquinho ultrapassados. Por que a área de informática tem que estar diariamente evoluindo. A gente tem dificuldade nesta área. Na relação dos funcionários a remuneração é conforme a carga horária, alguns são de 20 horas, 16 horas e 40 horas. As dificuldades são diversas, até em relação aos alunos também. Às vezes a gente sente uma falta de interesse, porque eles querem curso, eles querem entrar no mercado de trabalho, a família as vezes não tem ciência de que eles precisam estar inseridos em um projeto, evoluindo enquanto um aluno, um estudante.

Segundo a instituição CEPAS⁸, a maior dificuldade também esta relacionada ao setor financeiro:

A maior dificuldade encontrada aqui na instituição é referente aos recursos. Todos os meses nós temos que estar em busca de novas doações. É na falta dos recursos didáticos. Não temos fundo que giram, então um dia nós temos, no outro nós não temos.

E ainda temos mais um exemplo, o qual evidencia a questão não só da precarização referente aos recursos, mas também caracteriza quem são os sujeitos atendidos, é o caso da entidade Guarda Mirim (2010):

A maior dificuldade encontrada na verdade são os recursos, porque sem recursos não há que fazer. O nosso corpo de profissionais é muito bom. Nós já temos um trabalho que tem bons resultados, mas poderia mudar muita coisa se tivesse recurso. Nós já chegamos há um ponto, pra você ter uma idéia em 2003, de quase fechar a instituição por causa de recurso. Há também a questão da resistência, porque o público que a gente esta tratando é um público difícil, por exemplo, eu tenho adolescente que vêm encaminhados pela assistência, que realmente estão em estado de vulnerabilidade. Inclusive para ele entrar na instituição, ele tem que ter a renda per capita familiar de meio salário mínimo. Eu já vi cálculos de per capita junto com a assistente social de dezesseis reais mensais, eu quase não acreditei, a pessoa sobrevive com dezesseis reais mensais, o pessoal fala “nossa, você “ta” brincando!”. E mesmo o pai ou a mãe que não tenha o cadastro no CRAS ou outro encaminhamento e que vim nos procurar e agente constatando que ele tenha a necessidade a gente faz. (*grifos nossos*).

Contudo, não são somente em Organizações não governamentais que são encontradas dificuldades para que ocorra a efetivação destas ações socioeducativas. Pois a partir da pesquisa, foi possível identificar que mesmo nos espaços que são subsidiados pelo Estado, a situação não se diferencia das quais analisamos até o momento. Em suma, fica evidente a postura do poder público em relação às políticas públicas de nosso país. De acordo com o relato do responsável pela Instituição Usina do Conhecimento (2010):

A maior dificuldade é a verba, a instituição não tem um fundo rotativo, não tem uma verba especifica, e as necessidades de manutenção e de algumas coisas necessárias para as oficinas vêm por intermédio do núcleo regional ou da Paraná Esportes. Só que são escassos, ou então muito distantes, não assim uma continuidade, a gente encaminha o pedido para estas instâncias e eles dentro de suas disponibilidades e dentro da sua transferência de

⁸Centro Profissionalizante Ágape Smith – Organização Não governamental sem fins lucrativos, localizada na região norte do município de Londrina. Atende atualmente 157 educandos de 6 a 14 anos.

recurso, no caso da Paraná Esporte e ela que detém a obrigatoriedade e procura estar assistindo os materiais para a oficina. No entanto, a gente sente esta constante falta. Prevalece muito o improvisado, a criatividade dos professores e então uma das dificuldades é esta continuidade é esta necessidade do fundo rotativo para poder “ta” trabalhando, “ta” mantendo as atividades aqui no projeto. O valor da educação não formal ainda não está incorporado, eles vêm esta não formalidade ainda, por parte do Estado, como algo assim, não assistencialista, mas algo assim, pra suprir um tempo, pra aquela criança que não tem nada pra fazer, é aquele negócio assim, eu transfiro a responsabilidade para eles, porque eu sei que vão estar cuidando da criança naquele momento, eu não vejo uma identidade, uma busca assim de conhecimento, de investir neste modelo de educação, a população ainda não tem este hábito de educação vinda do Estado. Por outro lado a gente observa o seguinte, tanto do particular, quando você encaminha para alguns cursos com tendências profissionalizantes, eles dão um valor a mais, dão uma ênfase a mais, principalmente se há um custo. Elas incorporam esta ideia de custo a atender a suas necessidades, mas enquanto Estado não, elas não percebem isto ai. Usina do conhecimento. (grifos nossos).

Com isto posto, percebemos que nos espaços onde o Estado se encontra presente, sua atuação é mínima. As ações que estão destinadas ao âmbito social de nosso país, não podem ser consideradas como prioridades, desta forma as desigualdades sociais se mantêm e se perpetuam. Ao pobre resta somente a conformidade de sobreviver com o pouco respaldo que o poder público lhes oferece.

De acordo com Freire (2005) os sujeitos assistidos por estas políticas, as vêm como um benefício ou como uma fonte, mesmo que pequena, capaz de auxiliá-los a viver e a manter-se com a mínima dignidade possível. Assim tais sujeitos não são capazes de perceber a real intenção desta intervenção, as quais significam de fato “[...] um processo de controle social que tende a regular e até mesmo prevenir conflitos decorrentes de participações diferenciadas nos processos de produção e reprodução.” (FREIRE, 2005, p. 59).

Assim vemos a pobreza se tornar naturalizada, assim como, na mesma medida, vemos também os pobres serem responsabilizados pela sua situação de miséria. Ao pobre, o mínimo, para que este possa sobreviver e não causar maiores problemas futuros. Por conseguinte, encontramos a educação não-formal trabalhando na mesma vertente, que segundo Campos (2003) atua ao combate a pobreza realizando intervenções educacionais direcionadas a crianças, adolescentes e jovens.

Contudo como podemos quantificar em qual medida estas ações educativas estão sendo de fato desenvolvidas? Segundo Campos (2003) não basta apenas tirar a criança ou o adolescente da situação de risco e de vulnerabilidade, não basta apenas envolvê-los em atividades recreativas e de lhes ofereçam prazer, pois a garantia da inclusão social esta atrelada também à qualidade de aprendizagem e as condições de socialização.

Diante dessa expectativa, ampliam-se os conceitos de educação, os espaços e os meios por onde as ações educativas podem acontecer, levando, assim, a ampliação da pedagogia a estes novos setores da sociedade. E conseqüentemente, esta verificação nos leva a entender que a atuação do pedagogo nestes espaços se faz muito relevante.

3.3 O PAPEL DO PEDAGOGO NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Para que seja possível analisar o papel do pedagogo em espaços não formais, foi necessário partir de uma análise mais ampla, considerando desta maneira, a totalidade social e não somente o fenômeno isolado.

Segundo Fonseca (2006) nos últimos anos, a pedagogia ganhou um caráter multidimensional, levando conseqüentemente à ampliação do profissional pedagogo a varias áreas da pratica social. Esta ampliação deu-se a partir das “novas necessidades formativas e a abertura de novos âmbitos educativos, com a conseqüente assunção de novos papéis e funções por parte do profissional da pedagogia.” (FONSECA, 2006, p. 01).

Assim, podemos concluir que a função do pedagogo esta muito além das ações em sala de aula. Para Gadotti (2004) “o pedagogo, é aquele que não fica indiferente, neutro, diante a realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo, o conflito, por isso, está na base de toda pedagogia”. É a relação entre o que esta posto e a sua problematização. Não aceitando somente o que esta pronto, mas está preparado para trabalhar contra o caráter opressor capitalista. Assim entende-se que o pedagogo em espaços não formais realizaria uma ação de estímulo a consciência e a reflexão crítica entre aluno, educador e a realidade de cada um.

Conforme mencionado anteriormente, o pedagogo atuante da modalidade não-formal encontra-se alocado principalmente em ⁹Organizações não governamentais. A inserção das ONGs na esfera educacional de nosso país foi legitimada com a ¹⁰lei nº 9.394/1996. Em seu artigo primeiro é colocado “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia aprovado em dezembro de 2005, o perfil do pedagogo deve contemplar:

[...] a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a co-responsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares. (BRASIL, DCN, 2005, p. 07, grifos nossos).

Este profissional possui ainda como instrumento de trabalho os conteúdos, métodos e a sociedade como um todo. Faz-se necessário esta diferenciação, para que possamos distinguir o profissional pedagogo, do profissional docente. Pois hoje, muitas vezes, a imagem que temos deste profissional esta somente vinculada à ação docente, as atividades ligadas ao ensino de educação infantil e de séries iniciais, ou seja, da educação formal, aquela vinculada a escola.

Desse modo afirma Libâneo (2001), que este profissional possui competência para agir,

Não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional etc... (LIBÂNEO, 2001, p. 31).

⁹“Nas últimas décadas, percebemos no Brasil o aparecimento de várias ONG’s com diferentes projetos e ações voltadas para o suprimento das demandas sociais nas áreas da saúde, educação, esportes, cultura, lazer e meio ambiente.” (COSTA, 2008, p. 241).

¹⁰LDBEN 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

Contudo, mesmo com a ampliação de espaço para atuação do pedagogo, pode-se perceber que a figura do assistente social ainda é muito forte em instituições de cunho sócio educativos. Segundo Costa (2008) há um grande conflito entre os pedagogos, a sociedade da informação e o mercado de trabalho contemporâneo, principalmente quando tratamos da qualificação de profissionais. Tal conflito se dá devido à ocorrência desta ação acontecer em campos onde encontramos a educação e ação social atreladas. Sendo assim, numa grande maioria os profissionais que ainda podemos encontrar a frente de projetos educacionais são da área social. Desta maneira nos deparamos com o assistente social realizando e se responsabilizando pelas funções de caráter pedagógicas cabíveis ao profissional pedagogo. Como pode ser visto na fala da responsável pela instituição Pestalozzi (2010):

Os projetos são feitos com a assistente social e com o auxílio da coordenadora pedagógica do outro projeto. Aqui nós somos em duas assistentes sociais. Todo início de ano nós sentamos com a pedagoga que é responsável pelo projeto da Perobal e elaboramos o projeto que vai ser voltado ao social aqui desta unidade. Ela nos ajuda, mas a parte pedagógica quem comanda sou eu. Por conta da minha formação, eu faço os planos de aula, os planejamentos, tudo isso a gente acompanha [...] Por enquanto eu acho que dá pra “ta” levando sim, sem pedagoga mesmo. Se tivesse seria melhor ainda, troca de experiência, uma equipe multidisciplinar, o trabalho seria bem melhor, mas como não tem, não vejo nenhuma dificuldade não, até porque somos nós que desenvolvemos o projeto.

Mesmo com a verificação de que o pedagogo é o profissional mais adequado para atuar em demandas educativas, outros atores que também podem ser encontrados nestes espaços não formais hoje, de acordo com Zucchetti e Moura (2007) são:

Educadores leigos, e/ou de estagiários de cursos de licenciaturas e de professores que têm realizado sua formação centrada no processo de aprendizagem escolar e que se veem em frente aos desafios de uma área complexa e contraditória que exige conhecimentos pertinentes e a apropriação de conceitos que extrapolam ou evidenciam as falhas da formação acadêmica oferecida. (ZUCCHETTI; MOURA, 2007, p. 02).

Podemos ainda nos deparar com profissionais de outras áreas, os quais estão a frente de projetos educativos. Uma realidade que pode exemplificada em nosso município de tal ocorrência é o da Ong AME (2010):

A minha formação é na área de exatas, eu sou tecnóloga em processamento de dados. Eu nunca trabalhei na minha área de formação. Trabalhei no CREAS por oito anos com assistência ao adolescente em toda situação de risco e como educadora social, foi aí que eu fui convidada a coordenar esse projeto. Esse é o primeiro ano que estou atuando na área sócio educativa, pois sempre trabalhei na área assistencial.

Outro exemplo focado na área social é o da entidade Guarda Mirim (2010), onde o coordenador do projeto relata “sou formado em filosofia, fiz normal superior e agora estou cursando serviço social”.

Ainda por meio dos dados da pesquisa, foi possível perceber que os profissionais encontrados com mais frequência desenvolvendo atividades educativas são estagiários, voluntários e até mesmo pessoas sem nenhuma qualificação profissional. Um exemplo desta situação é a instituição CEPAS (2010), entre os funcionários contratados estão duas estagiárias, a pedagoga e quatro educadores que estão para concluir o ensino médio, ou seja, é como Zucchetti e Moura, (2007) coloca, estes profissionais, que em sua maioria, chegam a estas instituições despreparados, acabam por se formar em serviço.

Assim posto fica evidente que um dos problemas enfrentados com mais frequência no desenvolver destas iniciativas é fazer com que haja uma articulação entre o projeto proposto e a ação dos educadores. Desta forma, o papel do pedagogo se faz necessário justamente frente a estes projetos, para que assim possa ser garantida a efetivação dessa proposta educacional.

Segundo o relato da responsável pela Ong AME (2010), a necessidade de um pedagogo frente as atividade educativas é fortemente visível, uma vez que, um dos maiores problemas apontados nesta instituição, esta relacionado à postura dos profissionais perante a articulação com o projeto.

Hoje a maior dificuldade que a gente tem, a gente tem rol de educadores sociais cada um na sua área especifica e cada educador é muito bom na sua área especifica, mas não basta só. O educador social hoje tem que ter esta preocupação numa atividade que está realizando, ele não realizar só o que planejou na sua área especifica, mas também tratar questões de relacionamento, questões de integração, valores com essas crianças e adolescentes, fazendo assim seu principal papel de educador social, tratar o amor, o carinho, o afeto. A maior dificuldade que percebo é a relação educando e educador, porque para este trabalho sócio educativo o educador tem que ter uma visão muito diferente, porque ele vai encontrar aqui crianças de risco social muito grande, de alta vulnerabilidade, que tenha a indisciplina muito forte. Outra dificuldade

é da área administrativas, a gente também tá com falta de pessoal. (AME, 2010). (*grifos nossos*).

A partir do exposto podemos concluir que as atividades realizadas nestes espaços de caráter sócio educativo encontram-se fortemente fragilizadas devido a diversos fatores que contribuem para que não ocorra uma ação com boa qualidade. Os problemas existentes são inúmeros, e não estão somente relacionados à questão financeira, mas esta, sobretudo atrelada à questão da postura profissional dos responsáveis atuantes deste espaço.

Assim, é de extrema importância que este profissional tenha clareza tanto nos objetivos, quanto no papel em que este desempenha enquanto um atuante da área social. Entretanto, foi possível identificar, profissionais que não detêm tanta propriedade nesta ação a qual estes desempenham. Na instituição CEPAS (2010), a educação não-formal foi posta da seguinte maneira:

Ela visa o valorizar aquilo que o indivíduo aprende no decorrer do seu processo de vida, a convivência, a pessoa já vem com o ensino de casa, a educação informal ela valoriza isso, e é uma coisa assim que acontece. Não é algo programado como a educação formal. A educação informal ela acontece sem a gente perceber, eu acho que não dá pra gente separar.

O relato acima se refere à questão do conceito e objetivo a educação não-formal. Contudo o que podemos identificar nesta fala é que a educação informal e não-formal não são distintas para a responsável pelas atividades pedagógicas desta instituição. Desta forma, o que pode ser constatado é que existem profissionais descontextualizados e alienados em relação ao objetivo que a educação não formal, de fato, deveria proporcionar.

Este agravante acaba por gerar “uma relação baseada numa construção subjetiva repleta de frustração, por parte dos educadores, porque, não obstante, os jovens produzem outros sentidos para a experiência de estar participando nos espaços sócios educativos” (ZUCCHETTI; MOURA, 2007, p. 9). Assim sendo, se não houver clareza, enquanto o desenrolar desta prática, não haverá também a transformação da realidade destes educandos que ali freqüentam, e estes espaços para a educação não formal não passarão de depósitos de crianças e adolescentes com o simples intuito de retirá-los da rua e do risco social.

O grande diferencial para haja a transformação desta realidade, seria a efetiva presença do pedagogo frente aos projetos socioeducativos. Um

pedagogo capacitado e preparado para enfrentar e atuar neste espaço completamente diferente da educação formal. Um pedagogo capaz de articular os saberes coletivos juntamente com as metodologias cabíveis a esta modalidade de educação, e assim promover uma aprendizagem voltada à cidadania, a fim de transformar estes sujeitos em protagonistas de suas próprias vidas e não somente meros cidadãos coadjuvantes deste sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado buscou responder a alguns questionamentos tendo como foco o papel do pedagogo em espaços não formais subsidiados pelo terceiro setor. A partir do levantamento de dados teóricos analisados foi possível compreender que com os avanços das políticas neoliberais e a implantação do Estado mínimo a educação brasileira passou a ser considerada como uma política social que não mais caberia ao poder público subsidiá-la de forma integral sendo necessária a participação da sociedade civil.

As intervenções que eram de responsabilidades do Estado até então, passaram a ser delegadas a outros setores da sociedade, reforçando o a ampliação do terceiro setor, âmbito este, que é formado pela sociedade civil. As questões sociais paulatinamente foram transferidas para a participação cidadã ou para o setor privado, como é o caso da educação que ao participar deste “jogo de terra de ninguém” foi sendo sucateada, tornando-se cada vez menos capaz de atender a toda sua demanda.

Foi sob a perspectiva deste contexto que este trabalho foi desenvolvido, permitindo assim entender que a ampliação do campo das políticas compensatórias é aplicada de forma a amenizar os problemas gerados pela má distribuição do sistema neoliberal. Outro dado bastante relevante foi verificar que a modalidade da educação não formal não está voltada a seus reais objetivos, ou seja, a da transformação humana, mas sim, que hoje, esta trabalha sob uma perspectiva de legitimar o capital.

Assim, o conceito de terceiro setor pode ser compreendido como uma nova maneira de participação da sociedade civil em se colocar frente às causas sociais, as quais se encontram em estado de carência. Trabalhando como um novo ator a partir da década de 90 tendo como objetivo mascarar a precarização dos direitos sociais que surgiram com a reforma do Estado, visando atender as necessidades da sociedade não garantidas pelo governo.

Este assunto, na maioria das vezes se encontra subentendido, mascarado, por meio de práticas sociais que estão a favor de consolidar as políticas neoliberais. Sendo ocultado por meio de um fenômeno decorrente entre Estado e

sociedade civil no papel de parceiros, o que acaba por esconder suas reais finalidades.

Desta forma, fica claro, que a modalidade da educação não-formal, vem sendo tratada, simplesmente como mais uma política pública terceirizada que agora é cabível ao voluntariado e a filantropia, tomando para si, cada vez mais um caráter assistencialista. Isto implica na deturpação de valores desta proposta educacional, pois ao invés de encontrarmos profissionais qualificados, ou o próprio pedagogo a frente de projetos educacionais, encontramos desde estagiários a voluntários. Ao invés de encontrarmos propostas de ações válidas que possam realmente contribuir para a formação cidadã daquele indivíduo que ali frequenta e assim proporciona-lhe um processo de socialização reintegrando-o a família, a comunidade, entre outros segmentos da sociedade, nos deparamos com propostas vazias, que se autodenominam educativas, mas no entanto, limitam-se a oferecer atividades recreativas ou de lazer, as quais visam somente tirar o adolescente ou a criança das ruas.

Já o pedagogo por sua vez, foi diluído nesta proposta emergencial e assistencial, e, assim, substituído pelo profissional que a instituição possui naquele momento, podendo ser este qualquer pessoa que possua um pouco de “boa vontade” ou disponibilidade para atuar em tal projeto.

Desta forma, fica o entendimento, que ao pobre, não precisa de muito, pouco basta, pois o mínimo é o que ele possui e assim “qualquer coisa” oferecida a este sujeito já será suficiente. Deste modo um local com boa estrutura, serviços de qualidade ou profissionais qualificados, ficam apenas num campo utópico. Com isto, vemos uma prática educativa que ao invés de transformar realidades, acaba por corroborar ainda mais a desigualdade social e ressaltar determinados estigmas, pois a criança ou o adolescente que frequenta tais projetos ganha uma nova identidade, ou melhor, perdem sua identidade humana e ganham rótulos, o da pobreza, da miséria, da violência e da marginalidade.

Pode-se assim dizer que a pesquisa foi concluída com êxito, pois a partir desta, foi possível responder aos questionamentos inicialmente postos. Conhecendo quem são os sujeitos que frequentam estes espaços destinados a educação não-formal oferecidos pelo terceiro setor, bem como identificar qual o caráter das ações educativas desenvolvidas para estas crianças e adolescentes em

risco e por fim verificar em qual medida o papel do pedagogo se faz realmente presente nestes locais.

Desta forma, minha pesquisa pode contribuir para o âmbito acadêmico apresentando a educação não-formal realizada nestes espaços do terceiro setor no município de Londrina, a partir de uma ótica realista, sem falsos conceitos ou promessas, bem como, veio a acrescentar para a minha formação, a experiência de compartilhar a realidade desta prática social, que apesar, de ser apresentada em um primeiro momento como um novo campo de atuação em que o pedagogo pode estar inserido, pode, nada mais significar do que um campo de contradições e incertezas, que necessita verdadeiramente da presença deste profissional, visto que com sua formação poderá auxiliar na elaboração de uma proposta pedagógica adequada à realidade, poderá auxiliar o planejamento das ações pedagógicas que explicitem uma intencionalidade, a fim de que seja possível dar um novo direcionamento às propostas que vêm sendo desenvolvidas até então, visando, acima de tudo contribuir, para a formação de um sujeito crítico e participativo de sua sociedade, pondo fim a uma política compensatória e excludente.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Os lugares da Educação. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES Renata Sieiro. (Org.). **Educação Não-Formal: cenários da criação**. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória, 2001.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio; SANTOS, Robinson dos. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!** Revista Iberoamericana de Educación - De los lectores. 2005. Dis<<http://www.andrioli.com.br/artigos/artigos.php>>. Acesso em: 05 ago. 2010.
- AVILA, Alais Ribeiro. **Educação não-formal ou educação informal?** uma questão de intencionalidade. Disponível em: <www.terceirosetoronline.com.br/terceiro-setor-no-brasil/< São Paulo, SP. [200-]. Acesso em novembro de 2009.
- BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de Fenda ao Laptop: Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2010.
- BRASIL, Lei Nº 9.394 – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- BRASIL. Presidência da República. MARE. Câmara de reforma do Estado **Plano diretor da reforma do aparelho**. Brasília, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n.24, set./dec. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a13.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2010.
- CENTRO de Pesquisa para a educação e para a cultura – CENPEC. **Guia de ações complementares a escola para crianças e adolescentes**. São Paulo: CENPEC/UNICEF, 1995.
- CAVALCANTE, Rafael; SCHARAN, Aline; ORZECOWSKI, Suzete Terezinha. **A Pedagogia além da educação formal**. 2009. Disponível em: <<http://www.quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diez/APEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

COSTA, Wayne Barbosa dos Santos. A Educação não-formal em organizações não-governamentais (ONG's): A pedagogia social em questão. **Revista de Ciências da Educação**. Americana/SP, v. 10, n. 18, p. 235-273, jan./jun. 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina. (org) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, SP. Ed. Cortez, 1989.

FONSÊCA, Fábio do Nascimento. **Acerca da ampliação dos espaços de atuação profissional do pedagogo**: inquietações, ponderações e cautelas. Disponível em: <<http://www.wikilearning.com/articulo/>>. Acesso em: 08 Ago. 2006

FREIRE, Silene de Moraes. Pobreza e exclusão social: Análise das novas expressões da questão social no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**. Departamento de Sociologia. V. 18, n. 27, set. 2005. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/fcs/soc/Publicaciones/Revista/Revista22/04%20Freire.pdf> >. Acesso em: 08 ago. 2010.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo. Cortez, 1999.

_____. **Os sem-terras, Ongs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis RJ: Vozes, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes políticas. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Educação não-formal na pedagogia social. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2006, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso > . Acesso em: 05 mai. 2010.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v.14, n 50, p 27- 31, jan. mar. 2006.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KROHLING PERUZZO, Cícília Maria. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LONDRINA. Companhia de Desenvolvimento de Londrina. Cadernos setoriais-ONGs 3º setor Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de inversão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SADER, Emir. **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SCHERER WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. O combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 2004, Coimbra.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor. Uma revolução associativa global. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. O Papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade. Movimentos sociais e Educação In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL, 25, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

UGÁ DOMÍNGUEZ, Vivian. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociológica Política**, Curitiba, v. 23, p. 55-62, 2004.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas. Estado, política educacional e o terceiro setor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1., 2004, Maringá. **Anais...**Maringá: UEM, 2004.

_____. **Política educacional do estado de São Paulo (1995-1998): desconstrução da escola pública**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifca Universidade Católica – SP. São Paulo, 2001.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. **Educação não escolar e universidade: necessárias interlocuções para novas questões**. Disponível em:< www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3417-int.pdf>. Acesso em 24 jul. 2010.

APÊNDICE

NOME	Associação Mãos Estendidas (AME)	Centro De Formação Cidadã (CFC)	Centro Profissionalizante Ágape Smith (CEPAS)	Escola Oficina Pestalozzi	Guarda Mirim	Núcleo Espírita Irmã Sheila (NEIS)	Usina do Conhecimento
FORMAÇÃO DO COORDENADOR RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO	Tecnóloga em processamento de dados	Estudante do 3º ano de serviço social	Pedagogia	Assistente social	Filosofo e estudante de serviço social.	Pedagoga	Licenciado em História
Nº DE ATENDIDOS	150 educandos	116 educandos	157 educandos	60 educandos	448 educandos	200 educandos	600 educandos
FAIXA ETÁRIA	6 a 14 anos	12 a 17 anos	6 a 14 anos	14 a 18 anos	14 a 18 anos	14 a 16 anos	8 a 80 anos
TIPO DE ENTIDADE	Organização Não governamental sem fins lucrativos	Governamental	Organização Não governamental sem fins lucrativos	Organização Não governamental sem fins lucrativos	Entidade Filantrópica	Entidade Filantrópica	Organização Governamental
CONVENIO/PARceria	Sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas) e a Prefeitura Municipal de Londrina	PROVOPAR e a Prefeitura Municipal de Londrina	Igreja Batista, sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas), e a Prefeitura Municipal de Londrina	Comunhão espírita, sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas) e a Prefeitura Municipal de Londrina	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas) e a Prefeitura Municipal de Londrina	Núcleo Espírita Irmã Sheila, Prefeitura Municipal de Londrina e a sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas)	Núcleo regional e a Paraná Esporte
VOLUNTÁRIOS – ÁREAS DE ATUAÇÃO	6 Atividades recreativas	Não possui	Vários, não soube precisar - Nas oficinas e nos bazares.	2 - Oficina de Xadrez - Oficina Cidadania	Não soube precisar quantidade. - Desde a área administrativa às educativas	36 - Desde a diretoria até o tesoureiro	Não possui
PROFISSIONAIS CONTRATADOS	18	6	7	7	25	6	9
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO	Não Possui	Parcialmente	1	Não possui	2	1	Não possui
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Oficina: 1. Aikido – arte marcial, 2. Música 3. Violão 4. Flauta 5. Canto 6. Teatro 7. Coral infantil 8. Culinária 9. Balé 10. Jazz 11. Contação de história 12. Meio ambiente	1.Oficina artesanato 2.Educação física 3.Inclusão digital	Oficinas 1. Inclusão digital 2. Jogos educativos 3. Esporte, Expressão em arte	Oficinas 1. Informática, 2. De beleza, artesanato Xadrez	Oficinas 1. Taiko, 2. Hip Hop, 3. Fanfarras 4. Artesanato 5. Violão, 6. Flauta Atividades de inserção no mercado de trabalho 1. Padaria 2. Maquete Auxiliar administrativo	Oficinas 1. Matemática, português, 2. Auxiliar administrativo, 3. Formação pessoal, 4. Inglês básico Educação moral	Oficinas 1. Desenho 2. Artesanato 3. Musicalização 4. Teatro 5. Línguas Violão

PRINCIPAL OBJTIVO DO PROJETO	Fazer com que a criança e o adolescente do Novo Amparo deixem de ser tão excluídos socialmente, torná-los cidadãos completos, para que estes deixem de ser alienados com o que acontece no município de Londrina. O nosso maior objetivo é esta inclusão do Novo Amparo na sociedade de Londrina, além da proteção, e da escolarização.	Preparar o adolescente para a ação profissionalizante.	É formar estas crianças através de princípios, em como ele pode lidar com a vida, com o outro, para o outro de forma significativa e intencional, que realmente possa haver uma transformação na sociedade através da inserção destes educandos que aqui passam.	Fortalecer o aprendizado paralelo a escola.	É promover o direcionamento educacional, social e profissional do adolescente, qualificando o para o mercado de trabalho, visando também a transformação de sua realidade.	É capacitar os educandos para o mercado de trabalho.	É atender a comunidade em suas necessidades. Nas suas necessidades emergentes.
-------------------------------------	---	--	--	---	--	--	--